

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 3.643, DE 2025

Dispõe sobre normas para a fabricação, comercialização, importação e rotulagem de produtos destinados à higiene pessoal, visando à proteção ambiental, ao adequado funcionamento do sistema de esgotamento sanitário e à promoção da saúde pública, e dá outras providências.

Autor: Deputado FÁBIO TERUEL

Relator: Deputado JOSENILDO

I - RELATÓRIO

A proposição em tela, de autoria do ilustre Deputado Fabio Teruel, estabelece normas para a fabricação, comercialização, importação e rotulagem de papel higiênico e produtos sanitários descartáveis, com o objetivo de proteger o meio ambiente, assegurar a eficiência dos sistemas de esgoto e promover a saúde pública. As seguintes definições são relevantes para esta lei:

I – papel higiênico: produto descartável destinado à higiene pessoal, usualmente descartado em sistemas sanitários;

II – produtos sanitários descartáveis: lenços umedecidos, toalhas de papel, panos de limpeza e similares que, por seu uso, sejam comumente descartados em vasos sanitários;

III – biodegradabilidade: a capacidade do material de se decompor por ação de microrganismos, sem deixar resíduos prejudiciais ao meio ambiente;



IV – dissolubilidade: a capacidade de desintegração completa do produto em água corrente, sem obstruir ou prejudicar o funcionamento dos sistemas de esgoto.

O papel higiênico (I) comercializado no território nacional deverá:

I – ser integralmente biodegradável;

II – dissolver-se totalmente em contato com a água, em até 30 (trinta) segundos, conforme norma técnica;

III – ser isento de microplásticos e fibras sintéticas;

IV – atender aos critérios estabelecidos por norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da Organização Internacional de Normalização (ISO) ou conforme regulamentação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

Os produtos sanitários descartáveis (II) deverão conter, obrigatoriamente, em suas embalagens:

I – grau de biodegradabilidade e tempo estimado de dissolução;

II – alerta visível, caso não sejam próprios para descarte sanitário, com a seguinte advertência:

“Este produto não deve ser descartado no vaso sanitário. Pode causar entupimentos e danos ao sistema de esgoto”.

É vedada a veiculação de expressões como “flushable”, “descartável no vaso sanitário” ou equivalentes em produtos que não atendam aos critérios técnicos definidos nesta Lei.

Fica criado o Selo FlushSafe Brasil, a ser concedido pelo INMETRO, aos produtos sanitários que cumprirem integralmente os critérios técnicos previstos nesta Lei.

O Poder Executivo poderá instituir incentivos fiscais e creditícios, bem como linhas de fomento à inovação, destinados a empresas que:



I – desenvolvam produtos sanitários sustentáveis e de rápida dissolução;

II – utilizem matérias-primas recicladas ou provenientes de manejo sustentável;

III – reduzam a carga poluente e os resíduos industriais relacionados a esses produtos.

O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente ou não:

I – advertência escrita;

II – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme a gravidade e reincidência;

III – suspensão da comercialização do produto;

IV – cancelamento do registro do produto junto ao órgão competente.

Além desta Comissão, a proposição foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões em regime de tramitação ordinário.

Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposição do Deputado Fábio Teruel, é de grande oportunidade. Apesar de cada vez mais as pessoas estarem evitando jogar produtos sanitários diretamente no vaso sanitário, esta prática ainda é frequente.



Como tais produtos contêm microplásticos, fibras sintéticas e aditivos que prejudicam o meio ambiente e podem gerar obstruções nas redes de esgotamento sanitário. Em particular, entupimentos destas redes afetam negativamente a toda a sociedade. E não apenas nos prédios, mas nos bueiros que acabam inundando mais facilmente as vias públicas com a advento das chuvas. Trata-se de uma verdade externalidade negativa do ponto de vista econômico, um problema que o mecanismo de mercado por si só não resolve.

O problema principal deriva do baixo grau de biodegradabilidade e elevado tempo de dissolução dos produtos descartados. Como destaca a Justificação do projeto *“produtos como papel higiênico, lenços umedecidos e panos descartáveis, embora amplamente utilizados pela população, nem sempre apresentam características adequadas para a sua dissolução e decomposição”*, o que *“gera entupimento de tubulações, estações elevatórias e unidades de tratamento”*, com *“custos elevados de manutenção, contaminação de cursos d’água e riscos à saúde pública”*.

E, infelizmente, há propaganda enganosa nesses produtos induzindo ao erro do consumidor, agudizando o problema de externalidades negativas acima apontado. Rotulam-se os produtos como “descartáveis em vaso sanitário” mesmo quando estes não atendem aos padrões mínimos de biodegradabilidade e dissolubilidade. De fato, não são características que o consumidor é capaz de avaliar. Dessa forma, visando ampliar a transparência ao consumidor consciente, proíbe-se que se realize tal propaganda enganosa, o que está no art. 4º da proposta de Substitutivo em anexo.

Colocamos, de forma mais direta, que os produtos sanitários descartáveis deverão conter, obrigatoriamente, em suas embalagens o grau de biodegradabilidade e o tempo estimado de dissolução. Ademais, alteramos a redação do alerta para o consumidor que passa de uma para duas mensagens possíveis, a depender do problema.

Atribuímos ao Poder Executivo a definição em regulamento de qual o grau de biodegradabilidade será considerado suficientemente alto e qual o tempo de dissolução será considerado suficientemente curto.



Fica proibida a veiculação de expressões na embalagem, no produto ou em qualquer outro material que venha com o produto indicando ou sugerindo ao consumidor que o produto sanitário poderá ser descartado no sanitário quando:

I – o grau estimado de biodegradabilidade não for considerado suficientemente elevado; ou

II - o tempo estimado de dissolução não for considerado relativamente curto.

É criado um selo de conformidade. O projeto original propõe o Selo *FlushSafe Brasil* para “*identificar facilmente os produtos adequados ao descarte sanitário, promovendo o consumo responsável*”. Trocamos o nome do selo para “Descarte Sanitário Seguro” de forma a deixar mais claro ao consumidor o seu propósito.

Os problemas atribuídos ao papel higiênico são os mesmos dos outros produtos sanitários. Assim, consideramos papel higiênico como produto sanitário, unificando o tratamento e simplificando o projeto. Fizemos também pequenos ajustes técnicos na definição do que é biodegradabilidade e dissolubilidade no art. 2º.

Por fim, o projeto busca incentivar a inovação por meio de incentivos fiscais e creditícios, bem como linhas de fomento à inovação, destinados a empresas que:

I – desenvolvam produtos sanitários sustentáveis e de rápida dissolução;

II – utilizem matérias-primas recicladas ou provenientes de manejo sustentável;

III – reduzam a carga poluente e os resíduos industriais relacionados a esses produtos.

Entendemos que tais mecanismos de incentivos devem remeter diretamente aos objetivos precípuos do projeto, quais sejam, reduzir o tempo de dissolução menor e ampliar o grau de biodegradabilidade dos produtos. Fizemos alterações neste sentido.



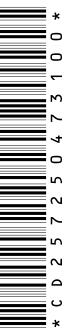
No artigo sobre as penalidades optamos por uma “regulação responsiva” em que as penalidades serão impostas sobre os eventuais infratores em ordem crescente, conforme a reincidência.

Diante do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.643, de 2025, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSENILDO
Relator

2025-18652



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.643, DE 2025

Dispõe sobre normas para a rotulagem de produtos sanitários, visando à proteção ambiental, ao adequado funcionamento do sistema de esgotamento sanitário e à promoção da saúde pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a rotulagem de produtos sanitários descartáveis, com o objetivo de proteger o meio ambiente, assegurar a eficiência dos sistemas de esgoto e promover a saúde pública.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – produtos sanitários descartáveis: papel higiênico, lenços umedecidos, toalhas de papel, panos de limpeza e similares que, por seu uso, sejam comumente descartados em vasos sanitários;

II – Grau de biodegradabilidade: percentual estimado de decomposição, por ação de microrganismos, do produto em substâncias mais inofensivas ao meio ambiente, dentro de um período específico de tempo;

III – Tempo de dissolução: período de tempo para a desintegração do produto em água corrente de forma a não obstruir ou prejudicar o funcionamento dos sistemas de esgoto.

Art. 3º O Poder Executivo definirá em regulamento:

I – qual o grau de biodegradabilidade considerado suficientemente alto; e

II – qual o tempo de dissolução considerado suficientemente curto.



Art. 4º Os produtos sanitários descartáveis deverão conter, obrigatoriamente, em suas embalagens o grau de biodegradabilidade e o tempo estimado de dissolução.

§ 1º Será colocado o seguinte alerta visível na embalagem quando o grau estimado de biodegradabilidade não for considerado suficientemente alto: “Este produto NÃO deve ser descartado no vaso sanitário pois pode CONTAMINAR o meio ambiente”.

§ 2º Será colocado o seguinte alerta visível na embalagem quando o tempo estimado de dissolução não for considerado suficientemente baixo: “Este produto NÃO deve ser descartado no vaso sanitário pois pode ENTUPIR seu banheiro e gerar danos ao sistema de esgoto”.

§ 3º É vedada a veiculação de expressões na embalagem, no produto ou em qualquer outro material que venha com o produto indicando ou sugerindo ao consumidor que o produto sanitário poderá ser descartado no sanitário quando:

I – o grau estimado de biodegradabilidade não for considerado suficientemente elevado; ou

II - o tempo estimado de dissolução não for considerado relativamente curto.

Art. 5º Fica criado o Selo “Descarte Sanitário Seguro” para produtos sanitários quando não se verificarem as condições dos incisos I e II do § 3º.

Parágrafo único. O selo será afixado na embalagem dos produtos sanitários ou onde o produtor desejar.

Art. 6º O Poder Executivo poderá instituir incentivos fiscais e creditícios, bem como linhas de fomento à inovação, destinados a empresas que desenvolvam papel higiênico e produtos sanitários que tenham:

I – tempo de dissolução menor e considerado suficientemente curto; ou

II – grau de biodegradabilidade maior e considerado suficientemente elevado.



Art. 7º O descumprimento do art. 4º desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, em ordem crescente, conforme a reincidência:

I – advertência escrita;

II – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme a gravidade e reincidência;

III – suspensão da comercialização do produto;

IV – cancelamento do registro do produto junto ao órgão competente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSENILDO
Relator

2025-18652

